

CONCURSO PÚBLICO
PARA A CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA
EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA
DA LINHA VERMELHA DO BRT DE BRAGA
PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

046.01/SGS.2



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Nos termos do disposto nos artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos e no artigo 2.º/b) da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, convida-se V. Ex.ª a apresentar proposta no procedimento pré-contratual aberto pelos Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A. («TUB»), que tem por objeto a conceção-construção da empreitada de obra pública da Linha Vermelha do BRT de Braga, nos termos do presente Programa e de acordo com as cláusulas do Caderno de Encargos.

1 – Identificação do Procedimento

1.1 – O presente procedimento assume o tipo de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia e foi escolhido em função do valor, ao abrigo dos artigos 19.º e 22.º do CCP e ainda do artigo 2.º-A da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, de acordo com as condições, especificações e características constantes do Caderno de Encargos.

1.2 – O contrato a celebrar abrange, simultaneamente, prestações típicas do contrato de aquisição de serviços, para a elaboração do Projeto de Execução, e do contrato de empreitada de obras públicas, na medida em que as prestações em causa, pela sua natureza, pelo tipo de interligação técnica e funcional, e pela especialização associada, são técnica e funcionalmente incindíveis. Cumprindo para o efeito do disposto no nº6 do artigo 2ºA da lei suprarreferida, o contrato a celebrar não é considerado um contrato misto para os efeitos do disposto no artigo 32.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é os TUB - TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M., S.A., pessoa coletiva n.º 504 807 684, com sede na Rua Quinta de Sta. Maria, 4700-244 Braga, com o número de telefone 253606890, fax n.º 253606899 e e-mail geral@tub.pt.

3 – Decisão de contratar

O órgão competente para a decisão de contratar e autorização de despesa do presente procedimento é o Conselho de Administração dos TUB.

4 – Disponibilização e acesso ao procedimento

4.1 – O programa do procedimento e o caderno de encargos encontram-se disponíveis na plataforma de contratação pública («plataforma eletrónica») utilizada pelos TUB, no endereço eletrónico www.acingov.pt, onde podem ser consultadas mediante inscrição na mesma.

4.2. – O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é feito através da plataforma eletrónica de forma livre, completa e gratuita, e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.

5 – Lotes

O presente procedimento não está dividido em lotes, com fundamento à luz do disposto na al. b) do n.º 1, uma vez que por imperativos técnicos ou funcionais, a gestão de um único contrato é mais eficiente para a entidade adjudicante.

6 – Júri do Concurso

6.1. – O Concurso é conduzido por um júri constituído e designado nos termos do disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos (o «Júri»).

6.2. – Ao Júri do Concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

6.3. – O Júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

7 – Inspeção dos locais e informação necessária para a prestação dos serviços

7.1 – Durante o prazo para apresentação das propostas os interessados podem inspecionar os locais, as instalações e as infraestruturas cuja inspeção entendam necessária para a boa execução do Contrato a celebrar e realizar neles os reconhecimentos que considerem indispensáveis à correta elaboração das suas propostas, sem que de tal possa decorrer qualquer distúrbio ao normal funcionamento das atividades existentes.

7.2 – Os interessados têm o ónus de se inteirarem localmente das condições dos locais e dos bens relacionados com a execução do Contrato e de todas as condicionantes inerentes à execução do Contrato, designadamente as que influam no modo de execução das obrigações nele previstas, devendo proceder a todas as avaliações, indagações, reconhecimentos e medições necessários à apresentação das suas propostas.

7.3 – Os concorrentes não podem, em caso algum, em qualquer momento do período de formação do Contrato ou durante a execução do mesmo, invocar o desconhecimento de quaisquer condições dos locais e bens afetos à prestação dos serviços ou condicionantes de execução do Contrato quanto ao que examinaram ou poderiam ter examinado, ou imputar qualquer responsabilidade a esse título à entidade adjudicante ou a qualquer outra entidade, como fundamento para incumprimento das suas obrigações legais de natureza procedimental ou contratual.

7.4 – Se algum interessado prescindir da realização da «inspeção dos locais», não poderá vir a invocar tal facto, seja a que título for, designadamente na proposta, como desconhecimento ou como diminuição da sua responsabilidade.

8 - Esclarecimentos sobre as peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos

8.1. – No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na

qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

8.2. – A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, sob pena das consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

8.3. – Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 5.º, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

8.4. – A Entidade Adjudicante pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 5.º, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

8.5. – Quando os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido no número anterior, o prazo para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

8.6. – Independentemente do disposto nos números anteriores, entidade adjudicante pode oficiosamente, promover a retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.

9 – Documentos que constituem a proposta

A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos e elementos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt> (o «DEUCP»); caso o concorrente revista a forma de agrupamento, deve ser apresentado

um DEUCP distinto que contenha as informações exigidas nas partes II a V relativamente a cada um dos operadores económicos participantes;

- b) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao Programa do Concurso;
- c) Certidão comercial permanente ou documento equivalente donde constem os poderes de representação conferidos pelo concorrente, incluindo procuração com observância das formalidades legais no caso de esta ter sido emitida;
- d) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, declaração assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, declaração assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;
- e) Declaração com indicação da proposta de preço contratual e prazos de entrega do projeto e de entrega da obra, elaborada de acordo com o **Anexo II** ao Programa do Concurso;
- f) Documento contendo a informação constante do **Anexo IV** do Caderno de Encargos, relativo ao Programa de Trabalhos;
- g) Listagem da equipa técnica afeta à elaboração do projeto, e documentação relativa à experiência dos elementos da equipa para efeitos de comprovação dos requisitos exigidos no Anexo II ao Caderno de Encargos - Condições Técnicas para Elaboração do Projeto, Ponto 2. Condições, mínimas exigidas para os elementos que constituem a equipa técnica de projeto;
- h) Listagem da equipa técnica afeta à execução da obra, e documentação relativa à experiência dos elementos da equipa, para efeitos de comprovação dos requisitos exigidos no Anexo III ao Caderno de Encargos - Condições Técnicas para Execução da Obra, Ponto 21. Condições, mínimas da equipa técnica a afetar à execução da obra;

- i) Mapa de Quantidades de Trabalhos a efetuar, a preencher obrigatoriamente no modelo do documento fornecido pela Entidade Adjudicante para o efeito (ficheiro excel) – anexo V do Caderno de Encargos;
- j) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

10 – Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

11 – Modo de apresentação da proposta

11.1 – Os interessados devem proceder à apresentação das propostas através da plataforma eletrónica, nos termos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.

11.2 – Nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a uma assinatura eletrónica qualificada.

11.3 – Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser submetidos individualmente (documento a documento) e assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica qualificada próprios ou dos seus representantes legais. Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente, processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos;

11.4 – Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma

eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

11.5 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos da proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

11.6 – É admitida a apresentação de documentos técnicos e apenas destes (fichas de características e catálogos técnicos) redigidos em línguas inglesa, francesa ou espanhola, desde que o concorrente apresente, em anexo, uma declaração de compromisso de apresentação da tradução, no prazo de 5 (cinco) dias, após a mesma lhe ter sido solicitada.

12 – Prazo para a apresentação de propostas

12.1 – O prazo para apresentação das propostas encontra-se fixado no anúncio.

12.2 – As propostas e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

13 – Preço anormalmente baixo

Não são fixadas situações em que o preço é considerado anormalmente baixo. No entanto, os TUB podem considerar anormalmente baixo o preço de uma proposta, nos termos do disposto no artigo 71.º/2 do Código dos Contratos Públicos.

14 – Critério de adjudicação

14.1 – O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, densificado por um conjunto de fatores nos termos dos números seguintes.

14.2 – As propostas serão pontuadas através da aplicação da fórmula matemática seguinte:

$$P = 0,4 \times P1 + 0,4 \times P2 + 0,2 \times P3$$

Em que:

046.01/SGS.2

a) $P1 = 0,97 \times P1.1 + 0,03 \times P1.2$

a.1) **P1.1 = Preço da Empreitada**

Este fator será avaliado através da seguinte fórmula:

$$200 - (\text{Proposta} \times 100) / 27200000$$

Nota: Este critério terá uma pontuação máxima de 100 pontos

a.2) **P1.2 = Preço do Projeto de Execução**

Este fator deverá ser avaliado através da seguinte fórmula:

$$200 - (\text{Proposta} \times 100) / 800000$$

Nota: Este critério terá uma pontuação máxima de 100 pontos

b) **P2 = Prazo de entrega do Projeto de Execução**

Este fator será avaliado através da seguinte fórmula:

$$- 3 \times N.^{\circ} \text{ de Dias para Entrega do Projeto de Execução} + 280$$

Nota: Este critério tem um mínimo de 10 pontos (para 90 dias) e um máximo de 100 pontos (para 60 dias ou menos)

c) **P3 - Valorização da Experiência dos Diretores de Frente de Obra**

Este fator será avaliado, para cada um dos Diretores de Frente de Obra propostos e na devida proporção de 1/5, através da seguinte fórmula:

$$5 \times N.^{\circ} \text{ de anos de experiência em obras similares}$$

Nota: Este critério tem um mínimo de 25 pontos (para 5 anos de experiência) e um máximo de 100 pontos (para 20 anos de experiência ou mais)

14.3 – E caso de empate, é utilizado como critério de desempate, sucessivamente:

- a) O prazo de entrega do Projeto de Execução;
- b) O preço para a componente de empreitada;

- c) A valorização da Experiência dos Diretores de Frente de Obra;
- d) O preço para a componente do Projeto.

14.4 – Caso persista o empate após aplicação dos critérios definidos no número anterior, o desempate é feito por sorteio realizado na presença de um representante de cada um dos concorrentes. Para a realização do sorteio nos termos do número anterior, deve comunicar-se aos concorrentes com propostas empatadas a data, a hora e o local da realização do sorteio, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. A falta, justificada ou não, de qualquer concorrente convidado nos termos do número anterior não impede a realização do sorteio aí referido.

15 – Negociação e melhoria da proposta

15.1 – As propostas não serão objeto de negociação.

15.2 – Caso seja apresentada uma única proposta, o concorrente poderá ser convidado a melhorar a sua proposta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.

16 - Adjudicação por valor superior ao preço base

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 70.º/6 do Código dos Contratos Públicos, se todas as propostas tiverem sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento em o respetivo preço contratual proposto ser superior ao preço base e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação constante do ponto 14 do presente Programa.

17 – Documentos de habilitação

17.1 - No prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da adjudicação, deverá o adjudicatário apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos, correspondente ao **Anexo III** do presente Programa;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Alvará de empreiteiro de obras públicas concedido pelo IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção contendo a classe de habilitação 9 e as seguintes categorias e subcategorias:

Categoria	Subcategoria
1	1 e 9
2	1,6,8,9 e 11
4	9,10,17 e 18
5	1,2,4,5,6,7 e 11

- d) Termo de responsabilidade do diretor de obra, de acordo com a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade. Conjuntamente com o termo de responsabilidade deverá ser entregue comprovativo de inscrição válida na respetiva associação pública profissional (Ordem dos Engenheiros Técnicos ou Ordem dos Engenheiros);
- e) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, quando aplicável em conformidade com o disposto no n.º 9 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.
- f) Declaração sob compromisso de honra com reconhecimento e aceitação do disposto na presente Cláusula 86º do Caderno de Encargos.

17.2 - No prazo definido no ponto anterior, deve o adjudicatário entregar ainda os seguintes documentos:

- a) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão permanente;

- b) Declaração que identifique a pessoa, morada, n.º de fax e e-mail para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato;
- c) Declaração – Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas- **Anexo V**, do presente programa do procedimento.
- d) Registo Central do Beneficiário Efetivo **[RCBE]**;
- e) Comprovativo de **IBAN** - Número de Identificação Bancária.

18 – Caução

18.1 – Para garantia da celebração do Contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 5% (cinco por cento) do preço contratual total do Contrato, conforme definido na Cláusula 69.^a do Caderno de Encargos.

18.2 – A caução deve ser prestada no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, em conformidade com um dos modelos constantes dos apêndices do **Anexo IV** ao Programa do Concurso, devendo a sua prestação ser comprovada até ao dia imediato ao do termo do prazo para a respetiva prestação.

19 – Contrato

O contrato será reduzido a escrito (artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos).

20 – Regime aplicável

Em tudo o não especificado no presente convite, aplicam-se as disposições do Código dos Contratos Públicos, da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, na sua redação em vigor, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do procedimento.

Braga, 13 de maio de 2025

ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos)

Modelo de declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

(Modelo de proposta)

(...) [firma, número de identificação fiscal e sede], propõe-se a executar todos os trabalhos a que se refere o procedimento de contratação pública designado (...) em conformidade com o Caderno de Encargos, nas seguintes condições:

- a) Para os efeitos do disposto na Cláusula 63.^a/2 do caderno de encargos, pelo preço contratual de €(...) ([por extenso]), o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, e dividido do seguinte modo:
 - i. Preço proposto para a elaboração do Projeto de Execução: €(...) ([por extenso]);
 - ii. Preço proposto para a realização da Obra: €(...) ([por extenso]).

No preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pelos TUB, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

- b) Para os efeitos do disposto na Cláusula 8.^a/2 do caderno de encargos, assumindo o valor de [...] como o prazo de para a entrega do projeto de execução, que nunca poderá ser superior a 90 dias.

Assinatura

ANEXO III

[Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do
Código dos Contratos Públicos]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.

ANEXO IV

Modelos de prestação de caução

Apêndice I

Modelo de guia de depósito bancário

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem dos TUB, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito

Euros [•], €

Vai _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], depositar na _____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco _____ a quantia de _____ [por algarismos e por extenso] em dinheiro, como caução exigida nos termos do ponto 17 do Programa do Concurso e na Cláusula 69.ª do Caderno de Encargos do Concurso Público «[•]» adotada pelos Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A., para «[•]», como garantia da celebração do contrato e do bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do Contrato celebrado na sequência do procedimento supramencionado. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A., a quem é igualmente remetido nesta data o comprovativo do depósito realizado nas condições descritas.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do adjudicatário reconhecida(s) na qualidade]

Apêndice II

Modelo de garantia bancária

PARA: Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A.

[...]

[...] Braga

Garantia número [a preencher pelo Banco]

[data]

Exm.^{os} Senhores,

A pedido e por conta de _____ [nome do adjudicatário], como adjudicatário do Concurso Público adotada pelos Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A., para «[•]», o _____ [Banco], com sede em _____ [morada], com o capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva n.º _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)], vem prestar, pelo presente documento, a favor da Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A. (doravante, “Beneficiário”), garantia bancária até ao montante de € _____ [por algarismos e por extenso], destinada a caucionar a celebração do contrato e o bom e pontual cumprimento, pela adjudicatário, das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, o Banco garante, na qualidade de principal pagador, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do adjudicatário, o pagamento da importância de € _____ [por algarismos e por extenso] (doravante designada por “Montante Garantido”).

2. A presente garantia constitui uma obrigação direta do Banco perante o Beneficiário, é autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.
3. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção, na [morada do Banco], da solicitação escrita do Beneficiário, o Banco obriga-se a paga-lhe, por crédito na conta bancária indicada no ato de solicitação, o Montante Garantido ou, se inferior, o montante solicitado.
4. O ato de solicitação referido no número anterior deve conter a indicação da importância devida pelo adjudicatário e os fundamentos por que o Beneficiário considera a importância em causa devida, constituindo comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que a importância reclamada é devida ao abrigo desta garantia.
5. O Banco, caso venha a ser chamado a honrar a presente garantia, não pode questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, nem tomar em consideração quaisquer exceções opostas pelo adjudicatário, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa que o adjudicatário possa fazer valer contra aquele.
6. A presente garantia produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válida até o Beneficiário, através do seu órgão competente, autorize expressamente a sua liberação, nos termos do Convite e do Caderno de Encargos, não podendo ser anulada ou alterada sem o consentimento daquele e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.
7. Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Assinatura do legal representante do Banco, reconhecida na qualidade]

Apêndice III

Modelo de seguro-caução

PARA: Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A.

[...],

[...] Braga

Seguro número [a preencher pela companhia de seguros]

[data]

Exm.^{os} Senhores:

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada] presta a favor da Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A., e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de € _____ [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no ponto 17 do Programa do Concurso e na Cláusula 69.^a do Caderno de Encargos do Concurso Público «[•]» adotada pelos Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A., para «[•]», com vista a garantir a celebração do contrato objeto do procedimento suprarreferido pelo _____, com sede _____ [morada], enquanto adjudicatário e cocontratante do contrato], e o bom e integral cumprimento pelo adjudicatário das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a companhia de seguros possa questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, nem invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que o adjudicatário assume com a celebração daquele contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Assinatura do legal representante da companhia de seguros, reconhecida na qualidade]

ANEXO V

PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Fornecedores, Subcontratação e Parceiros

Os Transportes Urbanos de Braga (TUB) promovem a integridade e ética organizacional, entre os seus colaboradores/as e restantes partes interessadas, difundindo boas práticas assentes numa política de "tolerância zero" à corrupção e infrações conexas, onde os recursos públicos, em particular na contratação pública, são utilizados com parcimónia e transparência, no estrito cumprimento legal e normativo, em especial no que diz respeito à norma ISO 37001.

Nesse contexto, os TUB esperam que todos com quem têm ou pretendem vir a ter relações profissionais/negócio na e para a empresa, seja a que título for, promovam uma atuação ética, em todas as suas decisões e atividades, cumpram com as disposições previstas na sua Política Anticorrupção, parte integrante da Política Integrada de Gestão, Código de Conduta e demais procedimentos/documentos do Sistema de Gestão Anticorrupção e legislação aplicável, tenham controles equivalentes razoáveis e proporcionais, para prevenir, detetar e combater a corrupção e infrações conexas, além de respeitar as leis anticorrupção. Assim, o fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio obriga-se a:

1. Promover uma atuação ética, em todas as suas decisões e atividades, dando cumprimento às disposições previstas na Política Integrada de Gestão, Código de Ética e Conduta e demais procedimentos/documentos TUB e legislação aplicável, repudiando e condenando a prática de atos ilícitos, designadamente de corrupção e recebimento indevido de vantagem, em todas as suas formas, os quais se compromete a prevenir, detetar e combater, denunciando e rejeitando ativamente, abstendo-se de participar em circunstâncias que possam estar associadas a fenómenos corruptivos.
2. Garantir a prevenção de existência de conflitos de interesse, aquando da prestação de serviços a outras entidades, clientes, colaboradores/as ou outros fornecedores/parceiros dos TUB, informando os TUB de qualquer tentativa ou pedido de colaborador/a dos TUB para obter ou oferecer vantagens indevidas, divulgando e assegurando simultaneamente o cumprimento por parte dos seus colaboradores/as dos compromissos agora contratualizados.
3. Agir e decidir exclusivamente em função dos seus deveres, não podendo usufruir de

quaisquer vantagens financeiras ou patrimoniais, diretas ou indiretas (por interposta pessoa), para si ou para terceiros, ou de qualquer outra gratificação indevida em virtude do cargo que ocupa, pelo que está expressamente proibido de:

- a. prometer ou oferecer a um trabalhador/a dos TUB, familiares ou terceiros, vantagens ou promessa de vantagens que possam condicionar a imparcialidade e a integridade do exercício das funções dos mesmos, nomeadamente:
 - i. Dinheiro, viagens ou alojamentos, presentes, bens, serviços ou entretenimento, eventos ou refeições, descontos ou acesso a serviços/produtos, se nas mesmas condições tal não for possível a qualquer pessoa, empréstimos ou qualquer vantagem ou promessa de qualquer tipo, qualquer que seja o seu valor;
 - ii. Emprego a familiares ou terceiros em cargos que possam conduzir a um conflito de interesses;
 - iii. Emprego ou envolvimento em atividades com um fornecedor atual, anterior ou futuro dos TUB enquanto funcionário/a dos TUB;
 - iv. Outras vantagens independentemente da sua natureza ou montante, como contrapartida da prática de um qualquer ato ou omissão relacionado com o exercício das suas funções.
4. O descrito no ponto anterior não abrange todas as possibilidades, sendo meramente exemplificativo de práticas não admissíveis pelos TUB. Em caso de dúvidas, problemas ou dificuldades o fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio, deverá contactar o Departamento Jurídico e Contratação Pública, dos TUB, responsável pelo Comité de Conformidade Anticorrupção da Empresa.
5. Fica o fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio obrigado a informar os TUB de qualquer situação, sob qualquer forma ou atividade, que tome conhecimento ou suspeite, de boa-fé ou com base numa convicção razoável, de violação da Política Anticorrupção, parte integrante da Política Integrada de Gestão, Código de Ética e Conduta e demais procedimentos/documentos do Sistema de Gestão Anticorrupção e legislação aplicável, por quem quer que trabalhe na e para a empresa, através de:
 - i. Comunicação aos TUB,
 - ii. Comunicação no Canal de Denúncias, gerido pelo Departamento Jurídico e Contratação Pública.
6. Os TUB asseguram que tudo farão para que o fornecedor externo, subcontratante

ou parceiro de negócio não seja alvo de qualquer forma de discriminação, nomeadamente de assédio ou represálias, por exercer o seu direito de alerta, de boa-fé, com base em convicções razoáveis, independentemente do resultado da denúncia e mesmo que os factos relatados se venham a comprovar incorretos ou duvidosos.

7. O fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio que utilize de forma abusiva o canal de denúncias, para atribuir a outra pessoa ou aos TUB, mesmo sob a forma de suspeita, factos criminosos ou reprováveis, conhecendo ou não a sua falsidade, com o único propósito de difamar ou ofender, fica sujeito às penalizações disciplinares, civis e criminais legalmente aplicáveis.
8. Os TUB reservam-se no direito de apreciar e, quando necessário, investigar qualquer indício de corrupção por parte de, em nome de ou em benefício do fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio, no que respeita ao presente Contrato, que tenha sido relatado, detetado ou de que razoavelmente suspeite.
9. O não cumprimento do presente documento, do Código de Ética e Conduta, bem como dos procedimentos/documentos do Sistema de Gestão Anticorrupção e demais legislação aplicável, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal a que haja lugar, poderá dar origem a suspensão ou resolução do contrato, em função da gravidade e especificidade do caso.

Tomei conhecimento e proponho-me a agir em conformidade
